



Instituto da Habitação
e da Reabilitação
Urbana

PRÉMIO IHRU 2012
Construção
Reabilitação

EDIÇÃO:

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.

COORDENAÇÃO, SECRETARIADO E REVISÃO DE TEXTOS (ao nível sintático e ortográfico):
Rogério Pampulha, Olga Silva Carvalho e Teresa Machado Enes da Silveira

FOTOGRAFIAS:

António Baptista Coelho e Promotores

DESENHOS E TEXTOS:

Projetistas

DESIGN GRÁFICO:

Margarida Gonçalves

IHRU – INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.

Sede:

Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 5 – 1099-019 LISBOA

Tel. 21 723 15 00 | Fax 21 726 07 29

Delegação:

Rua D. Manuel II, n.º 296, 6.º andar – 4050-344 PORTO

Tel. 22 607 96 70 | Fax 22 607 96 79

SIPA – Sistema de Informação para o Património:

Forte de Sacavém, Rua do Forte do Monte Cintra – 2685-141 SACAVÉM

Tel. 21 942 77 80 | Fax 21 942 77 89

E-mail: ihru@ihru.pt | www.portaldahabitacao.pt

APRESENTAÇÃO	4
CONSTITUIÇÃO DO JÚRI	8
CONSTRUÇÃO	
Menção honrosa	
Empreendimento “Encostas de Penela”, 48 fogos em Penela	10
REABILITAÇÃO	
REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO	
Prémio	
Edifício na Rua Capitão Renato Baptista, nºs 78 a 86, Lisboa	14
Menção honrosa	
Edifício na Rua Humberto de Sousa, nº 42, Montijo	17
Menção honrosa	
Edifício na Rua da Firmeza, nº 388, Porto	20
REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO DE EQUIPAMENTO	
Prémio	
Mercado Cultural do Carandá, Braga	23
Menção honrosa	
Galeria Solar de São Roque, Vila do Conde	27
REABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO	
Prémio	
Espaço Público do Bairro do Lagarteiro, Porto	30
OUTRAS CANDIDATURAS	34
REGULAMENTO	42

PRÉMIO IHRU 2012



Apresentação

Foram apresentadas ao Prémio IHRU 2012, nas variantes Construção e Reabilitação, as seguintes candidaturas:

Na **variante Construção** foram registadas 9 candidaturas.

Na **variante Reabilitação** foram registadas 28 candidaturas, sendo 11 na vertente Reabilitação de Edifício de Habitação, 8 na vertente Reabilitação de Edifício de Equipamento e 9 na vertente Reabilitação e Qualificação de Espaço Público.

O Júri foi constituído por representantes do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, da Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas, da Ordem dos Arquitetos e da Ordem dos Engenheiros, tendo sido seguido o seguinte processo de avaliação:

Numa primeira reunião, foi feita uma pré-seleção dos empreendimentos a visitar, estabelecendo-se um programa de visitas.

Após as deslocações aos empreendimentos selecionados, o Júri decidiu atribuir, em cada variante, as seguintes distinções:

1. Variante Construção

Menção Honrosa ao empreendimento “Encostas de Penela”, 48 fogos, em Penela, promovido e construído pela empresa Lúcio & Filhos, S.A., com projeto do Gabinete João Álvaro Rocha – Arquitectos S.A.

Este conjunto habitacional destaca-se pelo modo de inserção de uma grande volumetria numa paisagem de morfologia declivosa de características rurais. Galerias abertas de distribuição aos diferentes fogos, definem percursos a diferentes alturas, possibilitando várias vistas sobre a paisagem envolvente. As habitações de organização simples e de adequada espacialidade, apresentam pormenores cuidados e desenho contemporâneo.

2. Variante Reabilitação

2.1. Reabilitação de Edifício de Habitação

Prémio IHRU ao edifício da Rua Capitão Renato Baptista, nºs 78 a 86, em Lisboa, reabilitação promovida pela empresa Urbanspace Investimentos Imobiliários, Lda, construção da empresa Tetrapod Construção Civil, Lda. e projeto do gabinete Appleton e Domingos, Arquitectos, Lda.

Reabilitação criteriosa em que se recuperam e restauram técnicas e materiais tradicionais e se fazem adaptações espaciais, com materiais contemporâneos, de modo a dar resposta às novas exigências de habitabilidade. É uma reabilitação que pode ser referida como uma boa prática, replicável em outros edifícios da cidade de Lisboa.

Menção Honrosa ao edifício da Rua Humberto de Sousa nº 42, no Montijo, reabilitação promovida por Hermínia Alves Pinto, construção da empresa Construções Valdarrosa, Lda. e projeto do Arquiteto Paulo Tormenta Pinto e Domitianus Arquitetura.

Reabilitação onde se depura e preserva a fachada principal, a volumetria e o contexto urbano. No interior do lote equaciona-se, com imaginação e criatividade, todo o espaço interior em função da área disponível e da luz natural. Trata-se de uma intervenção realizada com extrema contenção de custos e que, ainda assim, atinge um excelente nível de desenho e pormenorização, podendo constituir-se numa tipologia de reabilitação a replicar em muitas povoações cujas zonas centrais estão bastante degradadas.

Menção Honrosa ao edifício da Rua da Firmeza nº 388, no Porto, reabilitação promovida por José Manuel Ferreira Araújo Sequeira, construção da empresa A. Simões & Simões, Lda. e projeto do Atelier das Formas – Arquitetura (Marta Bordalo, Arquiteta).

Restauro e ajustamento espacial de um edifício de um período arquitetónico recente. É um bom exemplo de como se pode adaptar um edifício para responder a novas solicitações, sem o descaracterizar.

2.2. Reabilitação de Edifício de Equipamento

Prémio IHRU ao Mercado Cultural do Carandá, em Braga, reabilitação promovida pelo Município de Braga, construção da empresa Britalar, Sociedade de Construção, S.A. e do consórcio FDO Projetos, Lda. e FDO Construções, S.A., com projeto coordenado pelo Arquiteto Eduardo Souto de Moura.

Nesta intervenção está implícita a reabilitação da memória de um mercado da cidade de Braga. Ao serem preservados muros periféricos, caminhos, equipamentos e parte da estrutura, fica-nos a imagem simbólica da espacialidade que caracterizava o espaço. A transmutação de um mercado de víveres para um mercado cultural, faz-se também com recurso a construção nova, esta com uma linguagem de grande beleza e contemporaneidade.

Menção Honrosa à Galeria Solar de São Roque, em Vila do Conde, reabilitação promovida pelo Município de Vila do Conde, construção das empresas Edinorte - Edificações Nortenhãs, S.A., A.S.C. – Engenharia e Construção, S.A., NVE Engenharias, S.A., A.O.F. – Augusto de Oliveira Ferreira & Ca Lda., com projeto coordenado pelo Arquiteto Manuel Maia Gomes.

Intervenção que associa a reabilitação de um edifício com valor patrimonial, à construção de uma galeria que liga o edifício reabilitado à malha urbana que o envolve, estabelecendo ligação pedonal entre dois espaços urbanos distintos e de diferentes altimetrias. Pretende-se replicar este conceito noutros quarteirões, interligando-se, assim, diferentes equipamentos da cidade. Toda a reabilitação se destaca por um desenho cuidado, pela modelação da luz natural e pela preservação de materiais tradicionais pré-existentes.

2.3. Reabilitação e Qualificação de Espaço Público

Prémio IHRU ao Espaço Público do Bairro do Lagarteiro, no Porto, reabilitação promovida pelo Município do Porto - Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, E.M., construção da empresa Construtora da Huíla – Irmãos Neves, Lda., com projeto coordenado pelo Arquiteto Paulo Tormenta Pinto e pelo Arquiteto Paisagista João Ferreira Nunes – Proap, Lda.

Projeto estruturado num conceito claro e ajustado à realidade do bairro, que qualifica o espaço público de uma forma sustentável e ambientalmente correta, marcada por uma adequada e extensa intervenção paisagística e estruturada por uma opção de conceção arquitetónica com expressiva qualidade e sobriedade. Salienta-se o sensível cuidado dirigido para uma pormenorização que, além de servir a conceção global, é marcada por adequada atratividade e durabilidade. Realçam-se igualmente as condições de acessibilidade e mobilidade em todo o espaço público e em relação à sua envolvente, integrando-se, deste modo, esta área habitacional no tecido urbano da cidade do Porto.



Constituição do júri

Elementos que integram o júri:

Arquiteto Luís Maria Gonçalves
Vogal do Conselho Diretivo do Instituto da Habitação e da
Reabilitação Urbana

Arquiteto Rogério de Oliveira Pampulha
Representante do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

Arquiteto António Baptista Coelho
Representante do Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Arquiteto Paisagista José Cubeles Lousan
Arquiteto Paisagista José Luís Veludo Vieira Pereira
Representantes da Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas

Arquiteto Pedro Viana Botelho
Representante da Ordem dos Arquitetos

Engenheiro Fernando Farinha da Silva Pinho
Representante da Ordem dos Engenheiros

A pré-avaliação das candidaturas foi feita por uma Comissão Técnica
constituída por:

Arquiteto Rogério de Oliveira Pampulha
Arquiteta Aurelina Viegas
Arquiteto José Clemente Ricon de Oliveira

PRÉMIO IHRU 2012



Construção

Construção Menção Honrosa



EMPREENDIMENTO

“Encostas de Penela”, 48 fogos - Penela

PROMOTOR

Lúcio & Filhos, S.A.

CONSTRUTOR

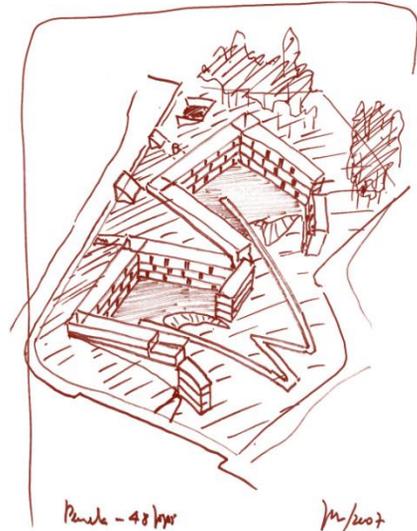
Lúcio & Filhos, S.A.

PROJETO

João Álvaro Rocha – Arquitetos, S.A.

A intervenção situa-se num território cuja topografia é marcada por pendentes bastante acentuadas, situando-se nos limites da vila, numa zona de transição, apresentando traços característicos das periferias urbanas, onde a tensão entre espaços verdes e espaços construídos e entre espaços públicos e privados se assume como o tema central de composição.

A implantação do edifício, à semelhança do castelo da vila, define um recinto mas, ao contrário daquele tipo de estruturas defensivas, entranha-se no terreno, possibilitando assim espaços para uso coletivo que fazem parte do terreno e se expressam como topografia.



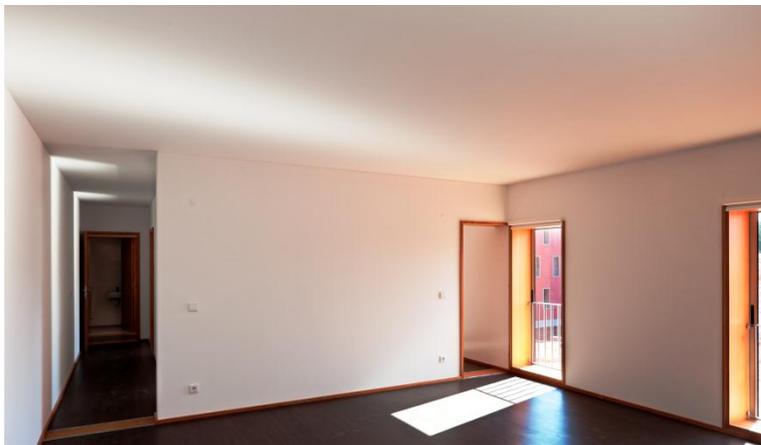
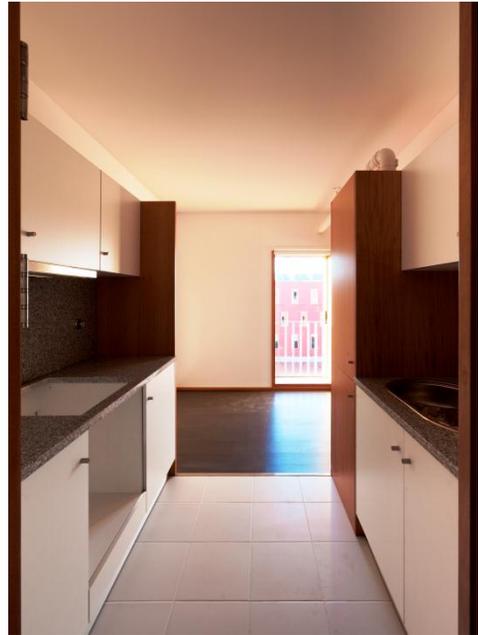
O edifício é constituído por três pisos, delimitados pelas galerias de acesso e distribuição, que se situam entre o “terreno” e os fogos. Constituem, deste modo, espaços abertos, cobertos, iluminados e ventilados que funcionam como “almofada” entre o “terreno” e o espaço habitável.

A implantação do conjunto configura duas grandes unidades que se constituem num único edifício funcional.

Os espaços exteriores criados são de considerável dimensão, com um tratamento proposto que privilegia cobertos vegetais sustentáveis e de fácil manutenção.



Sendo a repetição modular a base de toda a composição, estruturadora do ordenamento do edifício, tanto nos aspetos estruturais como infraestruturais, isso significa também a garantia de uma relativa flexibilidade do seu espaço interior, já que permite ajustes decorrentes do seu uso e da própria dinâmica de transformação do agregado familiar, possibilitando a standardização dos elementos construtivos e a consequente racionalização da obra.



PRÉMIO IHRU 2012



Reabilitação

Reabilitação de Edifício de Habitação Prémio



EMPREENDIMENTO

Edifício da Rua Capitão Renato Baptista,
n.ºs 78 a 86 - Lisboa

PROMOTOR

Urbanspace Investimentos Imobiliários, Lda.

CONSTRUTOR

Tetrapod Construção Civil, Lda.

PROJETO

Appleton e Domingos, Arquitetos, Lda.

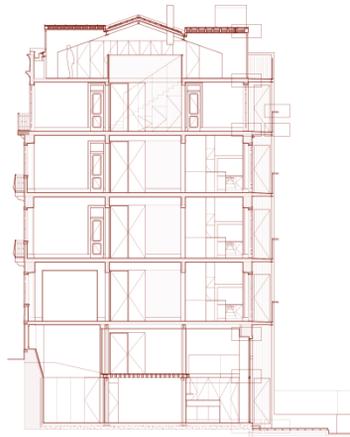
“Entretanto, o que seria muito novo era criar uma norma técnica de como tocar nessas antigas construções de modo a introduzir água potável, elevadores, coisa assim. Outra questão interessante dessa ideia de ocupação é que o lugar que já existe é o melhor. Só falta população, falta vida. E o que se ia inclusive valorizar não é essa arquitetura da fachada, do espetáculo, do cenário...mas as redes de esgoto, de água, de gás, de comunicação, de Internet e disponibilizar isso tudo para que a população possa usar”.

Paulo Mendes da Rocha , in Ípsilon, sexta feira, 6 julho de 2007

É cada vez mais importante a apresentação e a valorização de intervenções cuidadas, mas com custo controlado, sobre os edifícios correntes, que representam a maior parte do tecido urbano construído e de cuja reabilitação dependerá a da própria cidade. O projeto que se apresenta é um exemplo da reabilitação de um pequeno 'gaioleiro' idêntico a centenas de outros que existem em Lisboa.



Planta corrente



Corte

O período que compreende o último quartel do século XIX e o primeiro quartel do século XX corresponde a uma expansão, sem precedentes, da cidade de Lisboa.

Nesse período, a tipologia construtiva dominante é o 'gaioleiro', edifício de rendimento frequentemente especulativo, com estruturas de madeira relativamente económicas, paredes perimetrais de alvenaria portante e com varandas de ferro e pavimentos de abobadilhas a tardoz.

O 'gaioleiro' é um edifício corrente muito significativo no centro da cidade, pois constitui uma grande percentagem do seu tecido construído. Quase nunca eruditos, sem valor histórico ou estético significativo, os 'gaioleiros' possuem, apesar disso, qualidades e caráter que justificam a sua manutenção.

Sem pretender constituir um paradigma esta intervenção é, no entanto, a demonstração da viabilidade da reabilitação destes edifícios, aumentando o seu desempenho, ao nível das instalações, da segurança e do uso, preservando o seu carácter, no que respeita a revestimentos, acabamentos, soluções estruturais, construtivas e espacialidade, obtendo uma nova unidade, através de um olhar erudito sobre um edifício 'vernacular', olhar esse que, partindo das soluções originais, lhes confere uma nova coerência.

Neste caso, houve também a preocupação de procurar soluções que permitissem atingir os objetivos definidos com um custo de obra controlado, o que implicou uma escolha criteriosa dos materiais e das soluções. Este objetivo estava relacionado com a pretensão de que os fogos pudessem ser comercializados por valores não especulativos.



Reabilitação de Edifício de Habitação Menção Honrosa



EMPREENDIMENTO

Casa da Rua Humberto de Sousa, nº 42 -
Montijo

PROMOTORA

Hermínia Alves Pinto

CONSTRUTOR

Construções Valdarrosa, Lda.

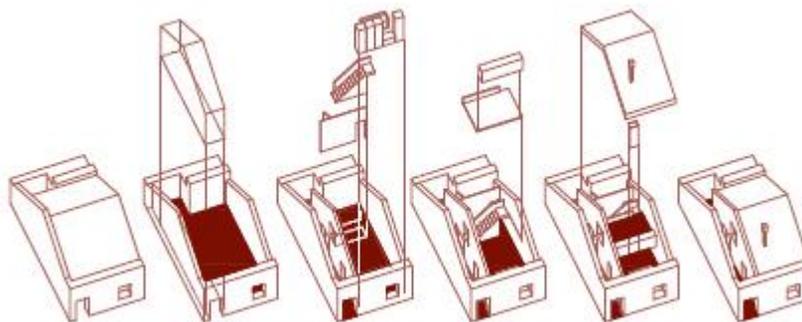
PROJETO

Arquiteto Paulo Tormenta Pinto
Domitianus Arquitetura



A construção da Ponte Vasco da Gama, a propósito da Exposição Universal de Lisboa, em 1998, introduziu profundas alterações no desenvolvimento do concelho do Montijo. Este surto transformador tem implicado uma intensa edificação das áreas periféricas da cidade, na proximidade com as novas vias rodoviárias de comunicação. O impacto deste acelerado crescimento tem-se traduzido numa depressão do centro urbano, que não tem encontrado mecanismos para resistir à oferta especulativa da periferia.

É neste contexto que a casa da Rua Humberto de Sousa, n.º 42, se integra e se constitui como parte de um conjunto de intervenções de pequena escala, realizadas no centro urbano da cidade, intervenções que visam investimentos lançados com o objetivo de estimular a renovação urbana, do ponto de vista social. Este projeto de reabilitação foi levado a efeito sob uma forte contenção orçamental, não tendo ultrapassado os 30.000 euros e destinando-se ao mercado do arrendamento.



Perspetiva

A intervenção teve em conta a morfologia do tecido urbano envolvente, onde estreitos pátios rasgam os quarteirões, permitindo o acesso a pequenas parcelas habitacionais.

Alçado principal

Planta



Corte

Outro critério seguido foi a integração de uma materialidade local baseada na aplicação da cortiça.

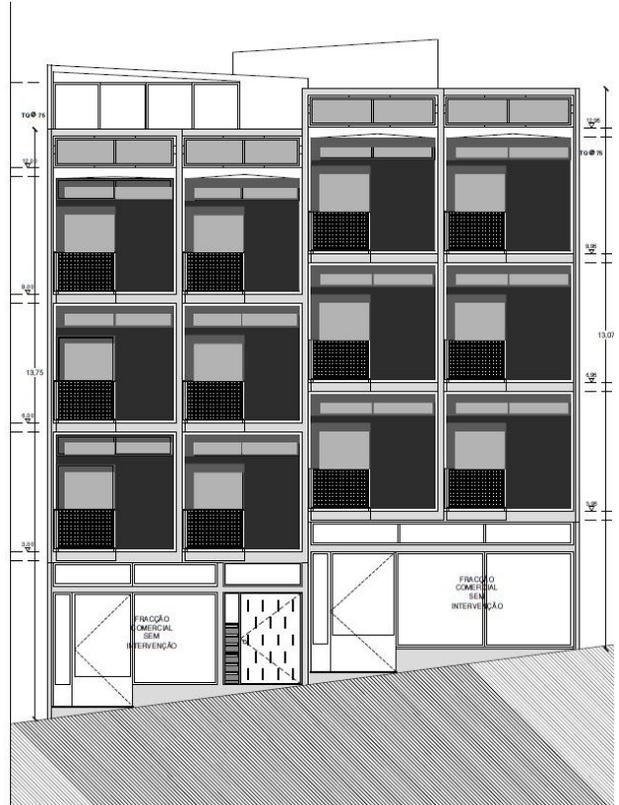
O objetivo do projeto consistiu na criação de iluminação e ventilação no espaço habitável. Para tal, foi desenhado um pátio longitudinal que estrutura o ingresso na casa. Este longilíneo vazio é caracterizado pela expressão da cortiça, que garante a eficiência térmica, tanto da habitação intervencionada, como da casa adjacente. O interior da casa é caracterizado por elementos arquitetónicos soltos que configuram e definem espaços: a chaminé, o balcão da cozinha, a escada ou a *mezanine*.

O miolo da casa existente foi substituído por uma nova organização fluida, tirando-se partido do volume disponível. Com a introdução da cortiça garantiu-se o conforto do pátio e da qualidade térmica da própria casa. A pequena dimensão da casa foi transformada, percecionando-se sempre algo mais nas sucessões de planos e texturas. A fachada principal foi limpa de ornamentos, deixando-se em evidência a expressão *art-déco* que caracteriza a cimalha do edifício.



Com esta intervenção protagonizou-se uma ação criativa, económica, humanizada e amiga do ambiente, critérios fundamentais para uma reabilitação urbana sustentável.

Reabilitação de Edifício de Habitação Menção Honrosa



EMPREENDIMENTO

Edifício da Rua da Firmeza, nº 388 - Porto

PROMOTOR

José Manuel Ferreira Araújo Sequeira

CONSTRUTOR

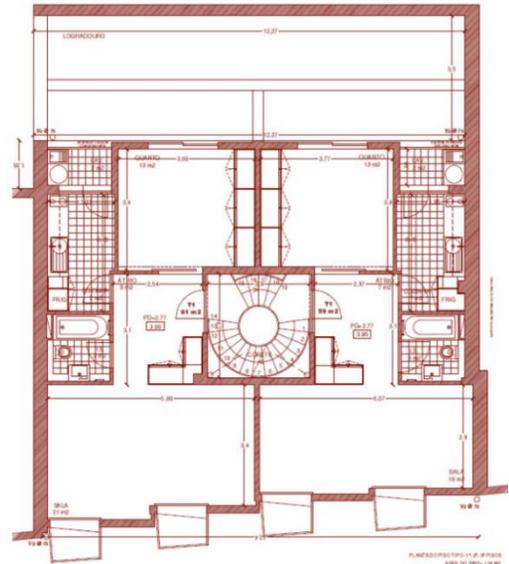
A. Simões & Simões, Lda.

PROJETO

Atelier das Formas – Arquitetura
(Marta Bordalo, Arquiteta)

O presente edifício é uma referência na cidade do Porto pela sua excelência arquitetónica, que integra o melhor do modernismo português. Na sua conceção são evidentes os princípios modernistas de modelação e da célula mínima habitacional explorada ao seu limite, recorrente da filosofia de Le Corbusier.

Foi construído em 1957 para arrendamento habitacional. Na época, a existência de frações habitacionais na cidade do Porto era muito escassa e inacessível. As habitações tinham áreas reduzidas e deviam albergar famílias completas. Neste edifício as frações eram do tipo T2 e possuíam apenas entre 59 e 61 m² de área.



Planta corrente

À data do início do projeto de reabilitação, o prédio encontrava-se totalmente devoluto e em razoável estado de conservação. O prédio é constituído no rés-do-chão por comércio (duas frações) e nos restantes 3 pisos, por seis habitações. Também existe acesso ao terraço - cobertura. A tipologia é de acesso “esquerdo-direito”, realizada por uma escadaria central de forma circular.

O declive acentuado da Rua da Firmeza possibilitou uma solução arquitetónica peculiar. As frações encontram-se desniveladas cerca de meio piso, o que reflete uma dinâmica interessante da fachada, que acompanha a rua.



A solução de reabilitação preconizada responde ao programa proposto pelo promotor.

O objetivo era o de criar apartamentos destinados ao arrendamento turístico ou de curta permanência, num segmento médio/alto. A intenção era a de conservar a linguagem arquitetónica. No entanto, as tipologias existentes deviam ser ajustadas, pois eram demasiadamente reduzidas para responder aos atuais padrões habitacionais.

Valorizou-se uma reabilitação pouco intrusiva, com respeito pelas opções de raiz.

As anteriores habitações T2 dão lugar a novos T1. Apenas se demoliu uma parede divisória (não estrutural) entre quartos. Os anteriores dois quartos (orientados a sul – Rua da Firmeza) dão lugar a uma sala. A anterior sala (orientada a norte – logradouro) dá lugar a um quarto.

Nas fachadas, o registo original das cores era escasso. Utilizaram-se colorações diferentes para planos diferentes, contudo próximas das cores anteriores (embora já muito desgastadas).

Mantiveram-se as carpintarias interiores, os revestimentos, as cores. É o exemplo dos lindíssimos mosaicos hidráulicos ou do parquet, em pinho. Na cozinha foram introduzidas algumas melhorias, nomeadamente novos móveis e equipamentos.

Ao nível construtivo manteve-se o existente (paredes estruturais em alvenaria de granito e lajes de betão), com a introdução de algumas melhorias acústicas (lã de rocha sob o novo teto falso em gesso cartonado), térmicas (aplicação de vidro duplo nas janelas) e de impermeabilização.



Reabilitação de Edifício de Equipamento Prémio



EMPREENDIMENTO

Mercado Cultural do Carandá - Braga

PROMOTOR

Município de Braga

CONSTRUTORES

BRITALAR – Sociedade de Construções, S.A.
FDO Projetos, Lda. / FDO Construções, S.A.

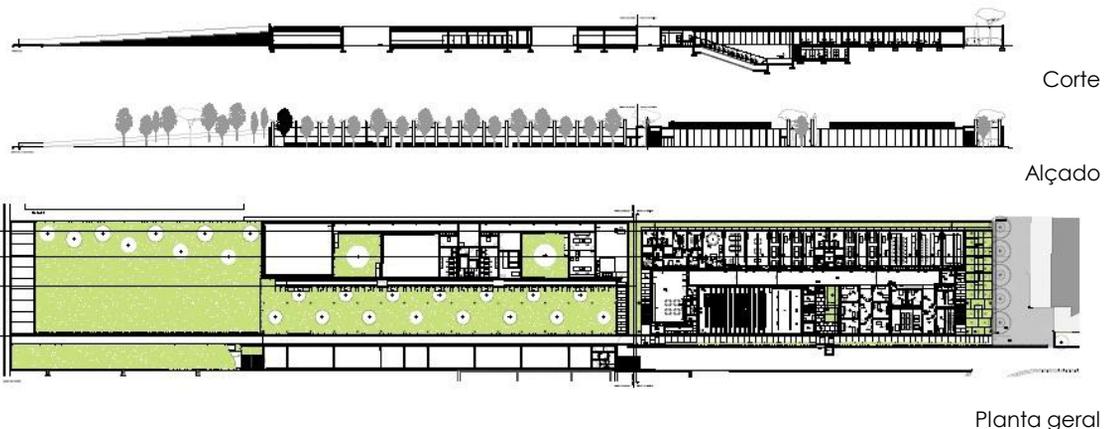
PROJETISTA COORDENADOR

Arquiteto Eduardo Souto de Moura

Quando há vinte anos projetei o mercado, a ideia era fazer uma rua coberta, um fragmento de cidade capaz de propor uma malha urbana. Essa malha aconteceu, aconteceu demais, e o mercado abafou entre escolas, discotecas e uma desenfreada especulação imobiliária. Ao longo deste tempo, nas várias visitas que fiz à ruína, constatei que o mercado era usado como ponte, como rua, atravessamento necessário entre dois eixos da cidade.

Neste projeto proponho retirar a cobertura, desenhar um jardim, uma rua e construir o programa "cultural" no pouco que ainda sobra.

Hoje morreu Aldo Rossi. Não posso deixar de falar do seu texto, base para este projeto, da inversão de uso e de escala, do Palácio de Diocleciano, em Split.



Planta geral

1.ª Fase - Escola de Dança

Considera-se que esta fase se divide, em termos espaciais, em três parcelas:

- a primeira, vai do alinhamento com a rua até ao primeiro muro transversal em pedra;
- a segunda, refere-se ao antigo mercado;
- a terceira, a parte de terreno situada a norte, entre o limite do antigo mercado (banca do peixe) e o limite do terreno.

Em relação à primeira parcela optou-se por:

Levantar todos os pavimentos, redefinir o remate com a rua, recuperar o muro transversal pré-existente em pedra, bem como o muro sul, com a construção de contrafortes para estabilização do mesmo, implantar o arranque do percurso de acesso às restantes parcelas, criar uma baía de estacionamento e uma ampla área ajardinada que vai subindo de cota até encontrar o muro pré-existente, em pedra, com construção de pilares no enfiamento dos existentes.

Em relação à segunda parcela optou-se por:

Demolir a pala da cobertura, deixando ficar os pilares que a sustentam como testemunho da sua pré-existência, levantar todos os pavimentos juntamente com a

banca do peixe e a banca no meio dos pilares, recuperar a parte das antigas lojas, tal como o percurso pedonal da sua cobertura.

Nesta antiga área do mercado propriamente dito, optou-se por definir um espaço ajardinado ligado, como o antecedente, ao percurso pedonal principal.

Em relação à terceira parcela optou-se por:

Construir um novo edifício, destinado a escola de dança, encostado à antiga pala da banca do peixe, edificando-se uma nova por razões estruturais, à imagem da existente. Também com intenção de manter o testemunho da pré-existência, foi criado um espaço para eventos culturais temporários, tendo-se construído, para o efeito, uma bancada com apoio de um expositor, à semelhança da bancada de peixe anteriormente existente.



2.ª Fase - Escola de Música

A presente fase é caracterizada por duas etapas de trabalhos:

- a primeira consiste na demolição parcial do edifício existente, mantendo-se alguns dos seus elementos construtivos, nomeadamente as escadas e alguns pilares, como testemunho da pré-existência;
- a segunda, na construção de um novo edifício que se destinará a uma escola de música.

O acesso ao edifício, a partir da sua envolvente exterior, é feito num único ponto, tanto para aceder à escola de dança, como para aceder à escola de música, reforçando a ideia de que se propõe um único “espaço cultural”.

No entanto, uma vez no recinto, existe uma franca separação dos programas ocupacionais: o proposto e o existente, através da permanência de um muro transversal em pedra, uma pré-existência do local, que nos permite definir a nossa área de intervenção. A entrada no edifício é feita a partir de um amplo espaço interior que dá, simultaneamente, lugar a várias funções. Dadas as suas características e a sua localização, este espaço funciona como foyer do edifício, como área de apoio ao auditório e ainda como área polivalente para os alunos.



Esta otimização do espaço encontra-se também apoiada pela distribuição do programa ao longo do edifício. Concentraram-se as áreas de carácter mais público junto da entrada e as restantes junto ao corredor de distribuição. Este desenvolve-se a partir do foyer, que corresponde a um eixo longitudinal de atravessamento do edifício, a partir do qual se pode aceder a todos os espaços definidos no programa.

O edifício proposto é um corpo comprido que se desenvolve em dois pisos, onde são garantidas todas as acessibilidades necessárias a cada espaço e todas as exigências de segurança dos mesmos.

No piso zero desenvolve-se a escola de música propriamente dita e na cave as áreas de apoio ao auditório (camarins e arrumos gerais).

No que diz respeito ao programa proposto para o edifício, este encontra-se distribuído por três áreas distintas: espaços gerais, auditório e salas de aula.

O auditório poderá ter um funcionamento independente, encerrando-se os espaços de aula com mecanismos próprios e abrindo-se, assim, para a cidade.



Reabilitação de Edifício de Equipamento Menção Honrosa



EMPREENDIMENTO

Galeria Solar de São Roque – Vila do Conde

PROMOTOR

Município de Vila do Conde

CONSTRUTORES

Dinarte – Edificações Nortenhas, S.A.;
A.S.C. – Engenharia e Construção, S.A.;
NVE Engenharias, S.A.;
A.O.F. – Augusto de Oliveira Ferreira & C^ª, Lda.

PROJETISTA COORDENADOR

Arquiteto Manuel Maia Gomes

O edifício existente estava abandonado há décadas. Cresciam, no seu interior, árvores de grandes dimensões, algumas enraizadas no topo das paredes em alvenaria de granito. Os materiais derivados do desmoronamento dos elementos construtivos, sobretudo as madeiras, serviam de adubo à vegetação que cobria totalmente o lote, constituindo uma imagem forte dominada pelas paredes em granito dispostas no meio da vegetação, configurando uma ruína de grande beleza.

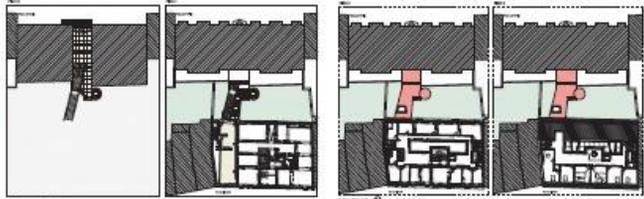
Os desígnios do projeto procuraram configurar, na sua formulação, a assunção da beleza da ruína, enquanto veículo identitário do projeto de recuperação. O programa funcional de instalação de uma galeria de arte cinemática para o rés do chão do imóvel foi facilmente reajustado aos pressupostos do projeto, orientado no sentido de integrar na recuperação a imagem, quase romântica, da ruína tomada pela vegetação.

A passagem pedestre visa estabelecer uma ligação entre a Rua do Lidador e a Praça José Régio, atenuando um problema existente no traçado das ruas góticas da cidade. Estas ruas, que ligam a área da matriz em direção ao rio, são extensas no seu comprimento, sem ligações transversais. As ruas góticas da cidade histórica estabelecem a comunicação entre a parte central da cidade antiga e o rio e o seu porto.

Planta geral da passagem pedonal



Plantas



A passagem pedonal através dos edifícios permite estabelecer novas comunicações, cruzando estas ruas lineares.

O projeto consiste na construção de uma passagem através de dois edifícios, que conduz a uma praça que fica 8 metros abaixo, interligada por um elevador e uma escadaria.

A passagem funciona como um espaço de exibição para quadros, escultura e vídeos. Conduz diretamente à "Galeria Solar", a qual é especializada em arte cinemática, vídeo e curtas-metragens. Há, também, uma livraria municipal.

Corte



O edifício original foi construído no século XVI, tendo sido profundamente transformado no século XVIII. A remodelação foi feita após o edifício estar completamente em ruínas, sendo a passagem um espaço público, o qual está aberto das 8:00h da manhã até às 24:00h. Os objetos de arte estão protegidos através de painéis de vidro, com aquecimento natural e ventilação.

No meio da passagem foram repostas algumas ruínas, testemunhos do edifício original do século XVI: um pórtico em granito e alguns degraus característicos deste período.

No primeiro andar e no sótão, o espaço foi convertido numa residência de estudantes com 18 quartos, cozinha e salas de estar. Aqui, a estratégia do projeto é diferente, enquanto que no rés-do-chão a pedra permanece em granito aparente, sem reboco e o pavimento é de pedra ou cimento. Na residência de estudantes o espaço foi tratado de modo a oferecer conforto: o chão dos utentes da residência recebeu um pavimento em madeira e as paredes foram rebocadas e pintadas.

As áreas comuns da residência comunicam com a galeria através de janelas pré-existentes que providenciam transparência e interação entre a galeria, as obras de arte e as áreas comuns da residência.

O edifício também comunica com a cidade através de janelas estrategicamente colocadas para enquadrar determinados pontos de vista dos monumentos do século XVI.

A presença do vidro colorido ajuda a fazer a transição entre o antigo solar, construído em granito, e a escada, construída em betão pigmentado. Ambos os materiais tiveram tratamentos inacabados, de modo a evidenciar a imperfeição da humanidade.



Reabilitação e Qualificação de Espaço Público Prémio



EMPREENDIMENTO

Espaço Público do Bairro do Lagarteiro - Porto

PROMOTOR

Município do Porto - Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, E.M.

CONSTRUTOR

Construtora da Huíla - Irmãos Neves, Lda.

PROJETISTAS COORDENADORES:

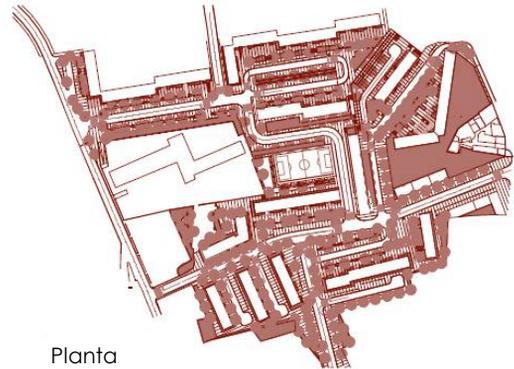
Arquiteto Paulo Tormenta Pinto
Arquiteto Paisagista João Ferreira Nunes –
Proap, Lda.



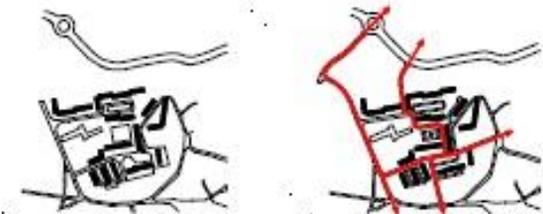
A reabilitação do espaço público do Bairro do Lagarteiro insere-se na Iniciativa Bairros Críticos (IBC), programa financiado pelo IHRU, que abrange, para além deste bairro situado na freguesia de Campanhã (Porto), a Cova da Moura (Amadora) e o Vale da Amoreira (Moita).

O Bairro do Lagarteiro caracteriza-se por edifícios em banda, implantados em torno de uma topografia acidentada criando, na sua morfologia, situações urbanas diversificadas. Este conjunto habitacional é constituído por 13 blocos com 446 fogos.

Antes da intervenção, o Bairro do Lagarteiro dividia-se em dois setores fundamentais, separados pela acidentada topografia. Apesar da sua proximidade física, estes dois setores apenas se relacionavam por desqualificados e acidentados percursos pedonais, gerando momentos de segregação no interior do próprio bairro. Outra questão que se evidenciava passava pela pouca fluidez da estrutura viária, forçando a que, na maior parte dos casos, o acesso e a saída do Bairro fossem feitos pelo mesmo arruamento, impedindo-se a continuidade da circulação.



Planta



Acessibilidade

Este facto promovia a clausura, impedindo e afastando os cidadãos que não habitavam o Bairro da fruição do espaço público, contribuindo para a fragilidade social detetada neste "bairro problemático" da cidade do Porto.

A questão fundamental que orientou o projeto de reabilitação do espaço público do Lagarteiro passou pela redefinição de todas as ligações do Bairro com a estrutura viária da área metropolitana da cidade do Porto, tornando-o mais permeável e em sintonia com o Plano Diretor Municipal do Porto. Ao nível do desenho do espaço público estipulou-se uma malha abrangente a todo o Bairro, baseada na medida de 2,5 metros. A implantação desta malha permitiu encontrar uma base de controlo de todo o projeto, uma vez que possibilitou a incorporação do estacionamento automóvel. Posteriormente à aplicação da malha, procedeu-se à introdução de variações, com avanços e recuos do espaço destinado aos percursos pedonais. A gestão funcional do projeto realizou-se por meio de faixas que, ora são áreas verdes junto aos edifícios, ora são caldeiras longilíneas de separação entre o estacionamento e as áreas pedonais, cobertas com grelhas de enrelvamento.

Junto às entradas dos edifícios e com o objetivo de garantir a regularização dos pavimentos, foi introduzida uma faixa de cubos serrados. A relação entre o cubo serrado e o cubo normal criou uma variação subtil na leitura dos percursos pedonais.

A panóplia de materiais utilizados na construção desta intervenção foi muito reduzida, baseando-se, essencialmente, em cubos de granito, de cor amarelada nos percursos pedonais e de cor cinza nos arruamentos. A escolha deste material justificou-se pela reduzida impermeabilização do solo, preço de fornecimento em grandes quantidades, facilidade de manutenção, o que permite a incorporação de uma mão-de-obra comum não excessivamente especializada. Outro ponto que pesou nesta opção foi a dignidade do envelhecimento da pedra, resistente ao desgaste e a utilizações menos conscientes.

A diferenciação entre os passeios e os arruamentos realiza-se, quer pela diferença de cor, quer pela disposição dos cubos, aplicados a 45° nos arruamentos, por oposição aos passeios pedonais, em que os mesmos foram dispostos em faixas perpendiculares aos lancis.

As diferenças muito acentuadas de topografia que caracterizam o Bairro do Lagarteiro implicaram a construção de um conjunto de muros de suporte. A materialização destes muros de suporte foi realizada através do recurso a uma cofragem especialmente preparada para o efeito. O aspeto final dos muros de betão à vista, descofrado, define-se por altos-relevos de secção triangular que, no seu conjunto, produzem um efeito cinético quando expostos à luz. Esta solução permite também controlar a vandalização dos muros, devido à superfície não regular. Por outro lado, esta solução permitirá, no seu conjunto, construir uma forte identidade expressiva, fundamental num processo de regeneração.



PRÉMIO IHRU 2012



Outras
candidaturas

Variante Construção

12 fogos na Quinta Velha – Grândola

PROMOTOR: Habigrândola – Cooperativa de Habitação e Construção Económica, C.R.L.

CONSTRUTOR: A.C. Nunes – Construção Civil, Lda.

PROJETO: FungiSteel – Serviços de Engenharia, Lda.

37 fogos em São Gonçalo, Funchal - Madeira

PROMOTOR: IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E.R.A.M.

CONSTRUTORES: Alberto Martins de Mesquita e Filhos, S.A.,
ACF - Arlindo Correia e Filhos, S.A.

PROJETISTAS COORDENADORES: Arquiteta Raquel Oliveira;
Arquiteto Paisagista Pedro Braga

4 fogos no Bairro das Matas, Porto Santo - Madeira

PROMOTOR: IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E.R.A.M.

CONSTRUTOR: ACF - Arlindo Correia & Filhos, S.A.

PROJETISTAS COORDENADORES: Arquiteto João Pedro Murteira;
Arquiteto Paisagista Pedro Braga

12 fogos no Sítio da Igreja, Ribeira Brava - Madeira

PROMOTOR: IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E.R.A.M.

CONSTRUTOR: Sociedade de Construções PRIMOS, S.A.

PROJETISTAS COORDENADORES: Arquiteto Carlos Gonçalves;
Arquiteto Maurílio Machado;
Arquiteto Paisagista Pedro Braga

40 fogos na Rua Arcebispo Dom Aires, Ribeira, Funchal - Madeira

PROMOTOR: IHM – Investimentos Habitacionais da Madeira, E.P.E.R.A.M.

CONSTRUTORES: Alberto Martins de Mesquita e Filhos, S.A.,
Alberto Martins de Mesquita - Construções Insulares, S.A.,
ACF – Arlindo Correia & Filhos, S.A.

PROJETISTA COORDENADOR: Arquiteto Marco António Gomes

12 fogos em S. Gens II - Custóias - Matosinhos

PROMOTOR: Município de Matosinhos

CONSTRUTOR: Norasil - Sociedade de Construção Civil, Lda.

PROJETISTA COORDENADOR: Arquiteto Pedro Canedo – Matosinhos Habit, E.E.M.

3 fogos em Bela – Monção

PROMOTOR: Município de Monção

CONSTRUTOR: José Cândido Martins Armada & Filhos, Lda.

PROJETO: PORMIN – Trabalhos de Arquitetura e Engenharia

54 fogos em Vila Mozelos – Santa Maria da Feira

PROMOTOR: Efimóveis Imobiliária, S.A.

CONSTRUTOR: Ferreira Construções, S.A.

PROJETO: G & C – Arquitetura, Engenharia, Lda. e Atelier - RP, Architecture, Interiors Design

Variante Reabilitação

“Casa dos Pobres”, em Parada de Gatim – Vila Verde

PROMOTOR: Município de Vila Verde

CONSTRUTOR: Arlindo Correio & Filhos, S.A.

PROJETISTA COORDENADORA: Arquiteta Madalena Barros

Edifício na Rua do Cano, nº 75 – Évora

PROMOTOR: Abel Luís Junqueira

CONSTRUTOR: Obrévora, Lda.

PROJETISTA COORDENADOR: Arquiteto Pedro Marques

Edifício na Rua Escura, nºs 11 a 17 – Viseu

PROMOTOR: Viseu Novo – Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu, S.R.U.

CONSTRUTOR: José da Costa & Filhos, Lda.

PROJETISTA COORDENADORA: Arquiteta Natália Susana Mendes Figueiredo

Edifício na Rua do Loureiro, nºs 7 e 9 e na Rua de Altamira – Viana do Castelo

PROMOTOR: Adelino Gonçalves Correia Alves

CONSTRUTOR: Manuel Faria Meixedo Novo

PROJETISTAS COORDENADORES: Arquiteto José Loureiro;
Arquiteto César Carvalho

Edifício na Rua do Loureiro, nº 15 e da Rua da Altamira – Viana do Castelo

PROMOTOR: Adelino Gonçalves Correia Alves

CONSTRUTOR: Manuel Faria Meixedo Novo

PROJETISTAS COORDENADORES: Arquiteto José Loureiro;
Arquiteto César Carvalho

Edifício da Rua dos Mártires da Liberdade, nº 96 – Porto

PROMOTOR: Costas & Lehmann - Imobiliária, Lda.

CONSTRUTOR: Habitasandim, Lda.

PROJETO: Atelier das Formas – Arquitetura (Marta Bordalo, Arquitecta)

Conjunto Habitacional da Lagoa – Senhora da Hora - Matosinhos

PROMOTOR: Câmara Municipal de Matosinhos

CONSTRUTOR: Construções Europa Ar - Lindo, S.A.

PROJETO: Vitor Abrantes – Consultoria e Projetos de Engenharia, Lda.

Empreendimento Social das Saibreiras – Ermesinde, Valongo

PROMOTOR: VallisHabita - Sociedade Municipal de Gestão de Empreendimentos Habitacionais de Valongo, EM.

CONSTRUTOR: Soares, Magalhães & Delgado, Lda. – Engenheiros Associados

PROJETO: Câmara Municipal de Valongo

Conservatório de Música de Santarém

PROMOTOR: Município de Santarém

CONSTRUTOR: Antero, Santos e Santos, Lda.

PROJETISTAS COORDENADORES: Arquiteto Domingos Santos Silva
Arquiteta Isabel Barata Folgado

Audatório Municipal da Póvoa de Varzim

PROMOTOR: Município da Póvoa de Varzim

CONSTRUTOR: Sociedade de Empreitadas Cardoso do Monte, S.A.

PROJETO: Rui Bianchi Arquitetos Associados, Lda.

Museu Almeida Moreira – Viseu

PROMOTOR: Viseu Novo – Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu, S.R.U.

CONSTRUTOR: Soares e Carvalho, Construção Civil e Obras Públicas, Lda.

PROJETISTA COORDENADORA: Arquiteta Natália Susana Mendes Figueiredo

Centro de Educação Ambiental de Esposende

PROMOTOR: Município de Esposende

CONSTRUTOR: António da Silva Campos, S.A.

PROJETO: Victor Neves – Arquitetura e Urbanismo, Lda.;
Ambientar - Consultores em Ambiente, Lda.

Biblioteca Municipal de Oliveira do Hospital

PROMOTOR: Município de Oliveira do Hospital

CONSTRUTOR: Joaquim Fernandes Marques & Filhos, S.A.

PROJETISTAS COORDENADORES: Arquiteto António Fernandez;
Arquiteta Paula Gaspar

Museu Municipal de Tavira - Núcleo Islâmico

PROMOTOR: Município de Tavira

CONSTRUTOR: Obrecol, S.A.

PROJETISTA COORDENADOR: Arquiteto Manuel Magalhães – Atelier do Convento

Bairro das Descobertas - Vale da Amoreira - Moita

PROMOTOR: Município da Moita

CONSTRUTORES: Aquino Construções S.A.; Vedap – Espaços verdes, Silvicultura e Vedações, S.A.; Manuel da Graça Peixoto, Lda.

PROJETISTA COORDENADORA: Arquiteta Paisagista Sofia Saramago Tavares

Espaços Públicos Municipais – Vale da Amoreira - Moita

PROMOTOR: Município da Moita

CONSTRUTOR: Constradas – Estradas e Construção Civil, Lda.

PROJETISTA COORDENADORA: Arquiteta Paisagista Sofia Saramago Tavares

Arruamento no Ribeiro do Poço de Ourique – Almodôvar

PROMOTOR: Município de Almodôvar

CONSTRUTOR: Mota Engil Pavimentações, S.A.

PROJETISTA COORDENADOR: Engenheiro Mário Rocon Santos

Frente Ribeirinha da Cidade de Vila Franca de Xira

PROMOTOR: Município de Vila Franca de Xira

CONSTRUTOR: Costa & Carvalho, S.A.; Sanestradas; Santos & Aparício

PROJETO: ACB Arquitetura Paisagista, Lda.;
Topiaris, Lda.;
Miguel Arruda Arquitetos Associados, Lda.

Parque Urbano do Bairro dos Navegadores – Porto Salvo

PROMOTOR: Município de Oeiras

CONSTRUTOR: Jcartécnica, Construção e Obras Públicas, S.A.

PROJETISTAS COORDENADORES: Arquiteto Nuno Freitas Lopes;
Arquiteto Paisagista Alexandre Eurico Lisboa

Avenida Santos Mattos – Amadora

PROMOTOR: Município da Amadora

CONSTRUTOR: Egonmater Construção, S.A.

PROJETO: Falanstério – Atelier de Arquitetura

Ecopista do Rio Minho, Lodeira - Monção

PROMOTOR: Município de Monção

CONSTRUTOR: COBSA, S.A.

PROJETO: Câmara Municipal de Monção

Bairro de Nossa Senhora da Conceição - Guimarães

PROMOTOR: Município de Guimarães

CONSTRUTOR: José Mendo, Lda./ Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente/
Departamento de Obras Municipais

PROJETISTAS COORDENADORES: Arquiteto Ricardo Rodrigues;
Arquiteto Paisagista João Pessoa;
Design Agatha Ruiz de la Prada

PRÉMIO IHRU 2012



Regulamento

Capítulo I **Objeto, objetivos e organização**

Artigo 1.º Objeto

1 - O prémio IHRU de Construção e Reabilitação, abaixo também denominado por Prémio IHRU, consiste na atribuição de distinções de prestígio a empreendimentos de habitação de interesse social e a obras de reabilitação no meio urbano;

2 - O Prémio IHRU encontra-se estruturado em duas variantes: a de Construção e a de Reabilitação, esta última com três linhas específicas.

Artigo 2.º Objetivos

Constituem objetivos do Prémio IHRU:

a) Valorizar e promover a divulgação do trabalho desenvolvido pelos promotores de habitação de interesse social, bem como o das entidades públicas e privadas, ao nível da reabilitação do património edificado e do espaço público;

b) Promover a disseminação de boas práticas;

c) Contribuir, através do conhecimento de experiências inovadoras, para a contínua adaptação a novas situações;

d) Contribuir para que a imagem dinâmica destes processos faça interessar cada vez mais os promotores públicos e privados bem como a sociedade civil em geral, na prossecução de intervenções de qualidade ao nível da habitação de interesse social bem como na proteção, recuperação e revitalização do património edificado e sua envolvente, com especial realce para a qualidade ambiental;

e) Promover o interesse de todos os intervenientes nestes setores especializados da construção civil e incentivar a sua apetência e preparação técnica para este tipo de trabalhos;

f) Assegurar, através da divulgação das melhores intervenções, também na perspetiva técnico-económica, o interesse do cidadão em geral pela preservação e revitalização do património habitacional e dos centros urbanos históricos;

g) Contribuir para a divulgação de melhorias sociais obtidas, quer através de acesso a habitação com padrões de qualidade garantidos, quer pelo aumento do valor de vizinhança que a revitalização do parque edificado e a reabilitação do espaço público permite.

Artigo 3.º Natureza do Prémio

1- O Prémio IHRU, de natureza não pecuniária, consiste na atribuição de menções de prestígio assinaladas através de troféus, diplomas e placas distintivas para afixação nos locais, por cada uma das suas variantes e linhas.

2 – Podem ser atribuídas menções honrosas, em cada uma das linhas das duas variantes do Prémio IHRU, destacadas mediante a entrega de diplomas.

3 – As candidaturas distinguidas são apresentadas publicamente através de uma exposição e inseridas em catálogo.

Artigo 4.º

Projeto de Referência

1- De entre todas as intervenções distinguidas poderá ser destacada aquela que melhor concretize boas práticas ambientais e de sustentabilidade, à qual será atribuída a designação de “Projeto de Referência”.

2 - À intervenção que for considerada como suscetível de consistir “Projeto de Referência ” é assegurado um destaque na edição do catálogo.

Artigo 5.º

Periodicidade

1- O Prémio IHRU tem periodicidade anual, sendo a seleção das intervenções efetuada de entre as apresentadas a concurso.

2 – A atribuição do Prémio IHRU, nas suas variantes e linhas, é realizada numa única cerimónia pública.

Artigo 6.º

Júri

1- A seleção das intervenções é efetuada por um júri constituído para o efeito.

2 – O júri é composto por um membro do Conselho Diretivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), que preside, pelo Coordenador do Prémio e ainda por um representante designado por cada uma das seguintes entidades:

- Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas (APAP),
- Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC),
- Ordem dos Arquitetos (OA) e
- Ordem dos Engenheiros (OE).

3 – Cada entidade indica um representante suplente, que assegura a continuidade dos trabalhos em caso de falta ou impedimento do membro do júri.

4 – O Coordenador do Prémio e mais dois técnicos, nomeados pelo IHRU, constituem uma Comissão Técnica que identifica, mediante análise da documentação remetida nas candidaturas ou visitas aos empreendimentos concorrentes, as intervenções com qualidade suficiente para serem propostas ao júri.

5 – O júri delibera em reunião privada, com a presença de dois terços dos seus membros, por maioria simples de votos dos membros presentes, possuindo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.

6 – Sem prejuízo do disposto no número anterior, o júri só pode deliberar a vacatura do Prémio IHRU para as menções de prestígio, por maioria de dois terços dos membros presentes na reunião.

7- De cada reunião é lavrada ata, que contém um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando designadamente a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e a forma e resultado das votações.

Artigo 7.º

Organização

1 – Incumbe ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana a organização do Prémio IHRU, sendo da sua responsabilidade a eleição dos critérios de divulgação do Prémio e de divulgação da sua atribuição, designadamente no que concerne à organização da sessão pública, exposição e publicações, podendo, contudo, solicitar a colaboração de outras entidades públicas ou privadas para o cabal desempenho de todas as tarefas que se revelem necessárias à promoção do procedimento.

2 – O IHRU fixa anualmente os períodos de candidatura e os prazos para a prática dos procedimentos necessários, os quais são divulgados no Portal da Habitação, conjuntamente com a demais informação relevante.

Artigo 8.º

Encargos

1 – Constituem encargo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana as despesas com a organização geral do evento, designadamente com a participação nos trabalhos do Júri dos representantes das várias entidades e convidados e com as demais atividades que lhes sejam adstritas.

2 – Não constituem encargos do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana quaisquer despesas que não decorram diretamente das atividades previstas no presente regulamento, ainda que sejam decorrentes do Prémio IHRU.

3 - É da exclusiva responsabilidade dos promotores a organização da sua candidatura ao Prémio IHRU, designadamente no que concerne aos encargos inerentes à apresentação do material de suporte de análise.

4 – É ainda da responsabilidade dos promotores o levantamento do material apresentado a concurso, no prazo de trinta dias úteis após a realização da exposição ou após a notificação que para o efeito lhes for endereçada.

Capítulo II

Prémio IHRU – Variante Construção

Artigo 9.º

Âmbito

O Prémio IHRU – Construção visa distinguir os empreendimentos de Habitação de Interesse Social certificados pelo IHRU, nas diferentes promoções de financiamento.

Artigo 10.º

Prémio

1 - Ao promotor, aos projetistas/autores, quer dos edifícios quer dos espaços exteriores, e ainda aos construtores do empreendimento distinguido com a menção de prestígio, são atribuídos troféus e diplomas.

2 - No empreendimento referido no número anterior é colocada uma placa de material imperecível.

3 - Ao promotor, aos projetistas/autores, quer dos edifícios, quer dos espaços exteriores, e ainda aos construtores do empreendimento distinguidos com menções honrosas, são entregues diplomas.

Artigo 11.º

Elegibilidade

1 - Podem concorrer ao Prémio IHRU – Construção todos os promotores de Habitação de Interesse Social.

2 - Só são admitidos a concurso os empreendimentos fisicamente concluídos no ano anterior à edição em causa, cujos projetos tenham sido certificados pelo IHRU.

3 - A admissibilidade dos concorrentes fica dependente da inexistência de quaisquer dívidas ou outro tipo de incumprimento de obrigações assumidas no desenvolvimento da sua atividade, podendo o júri, a qualquer momento, solicitar a apresentação de adequada prova documental.

Artigo 12.º

Funcionamento e Candidaturas

1 - Os promotores dos empreendimentos fisicamente concluídos no ano anterior ao da edição do Prémio IHRU, os quais são objeto de inscrição no Secretariado do Prémio, pela Direção de Habitação e Reabilitação Urbana e pela delegação do Porto do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, recebem um convite deste organismo para formalizarem candidatura, nos termos do presente regulamento.

2 - A candidatura inclui:

- a) documentação escrita, gráfica e fotográfica, montada em painéis rígidos de material leve, de 700x1000 mm, ao alto, e espessura não superior a 5 mm, sendo o número de painéis limitado a um máximo de dois;
- b) cópia da documentação escrita, gráfica e fotográfica, apresentada em papel em formato A4 e em suporte digital, com a planta do loteamento, plantas dos fogos, corte significativo e memória descritiva, com uma sumária descrição construtiva;
- c) elementos que permitam a avaliação comparativa da situação anterior e posterior à intervenção; a documentação apresentada deverá informar sobre a eficácia das inserções/transformações em relação ao todo da paisagem em que se inserem, a relação que estabelecem com o projeto, para a sustentabilidade dos processos e dos recursos do território e da acessibilidade /mobilidade;

d) declaração dos promotores, proferida sob compromisso de honra de:

- i) inexistência de dívidas à Fazenda Pública e à Segurança Social;
- ii) conhecimento e aceitação integral do conteúdo do presente regulamento.

3 - Todo o material será entregue devidamente embalado e identificado, em local e prazos a publicitar, nos termos do disposto no art. 7º.

Artigo 13.º

Critérios de avaliação

Na apreciação dos empreendimentos postos a concurso são ponderados pelo júri os seguintes itens:

- a) a salvaguarda e valorização da qualidade da paisagem global;
- b) o modelo e a integração urbanística, com a compreensão da aptidão dos espaços e valores naturais e culturais existentes;
- c) a imagem e a organização arquitetónica;
- d) a compatibilização das instalações e equipamentos (interiores e exteriores);
- e) as técnicas e a racionalidade construtiva, integrando valores de caracterização local e aplicando soluções, tecnologias e materiais amigos do ambiente, que reduzam o consumo de energia;
- f) o garante de acessibilidade e mobilidade na utilização do espaço público e do espaço edificado;
- g) a apropriação pelos utilizadores.

Capítulo III

Prémio IHRU – Variante Reabilitação

Artigo 14.º

Âmbito

1 - O Prémio IHRU – Reabilitação, destina-se a distinguir as ações de reabilitação com carácter de excelência, que consistam em:

- a) Reabilitação de edifício de habitação;
- b) Reabilitação de edifício de equipamento;
- c) Reabilitação ou qualificação de espaço público.

2 - É atribuído um prémio por cada uma das três alíneas descritas no número anterior.

Artigo 15.º

Prémio

1 - Aos responsáveis pela intervenção distinguida com a menção de prestígio, designadamente promotor, projetistas - autores e construtor, são atribuídos troféus e diplomas.

2 - Na intervenção referida no número anterior é colocada uma placa de material imperecível.

3 - Aos responsáveis pela intervenção distinguida com menções honrosas, são entregues diplomas.

Artigo 16.º

Elegibilidade

1 - Podem apresentar candidatura ao Prémio IHRU – Reabilitação, todas as entidades públicas ou privadas que tenham promovido intervenções de reabilitação urbana, em qualquer uma das linhas referidas no artigo 14.º.

2 - Só são admitidos a concurso os empreendimentos fisicamente concluídos no ano anterior ao procedimento em causa, tenham ou não beneficiado de apoios do IHRU.

3 - A admissibilidade dos concorrentes fica dependente da inexistência de quaisquer dívidas ou outro tipo de incumprimento de obrigações assumidas no desenvolvimento da sua atividade, podendo o júri, a qualquer momento, solicitar a apresentação de prova documental adequada.

Artigo 17.º

Candidaturas

1 - A abertura do procedimento para atribuição do Prémio IHRU – Reabilitação é objeto de adequada publicitação, designadamente mediante inserção de anúncio em dois jornais de tiragem nacional e no Portal da Habitação, o qual consubstancia um convite à apresentação de candidaturas.

2 - Os interessados devem formular candidatura que inclua informação detalhada sobre a intervenção de reabilitação urbana, designadamente:

- a) documentação escrita, gráfica e fotográfica, montada em painéis rígidos de material leve, de 700x1000 mm, ao alto, e espessura não superior a 5 mm, sendo o número de painéis limitado a um máximo de dois;
- b) documentação escrita gráfica e fotográfica, apresentada em papel em formato A4 e em suporte digital;
- c) planta dos pisos, o corte significativo, a memória descritiva e histórica do edifício, especificando descrição construtiva da intervenção, no caso de se tratar de reabilitação isolada;
- d) elementos que permitam a avaliação comparativa da situação anterior e posterior à intervenção; informação sobre a eficácia das inserções/transformações em relação ao todo da paisagem em que se inserem, a relação que estabelecem com o projeto, para a sustentabilidade dos processos e dos recursos do território e da acessibilidade /mobilidade;

e) outros elementos que o concorrente repute como imprescindíveis para a avaliação da extensão e do carácter da intervenção de reabilitação.

3 – A candidatura inclui ainda declaração do promotor, proferida sob compromisso de honra, de:

- a) inexistência de dívidas à Fazenda Pública e à Segurança Social;
- b) conhecimento e aceitação integral do conteúdo do presente regulamento.

4 - Todo o material será entregue, devidamente embalado e identificado, em local e prazos a publicitar, nos termos do disposto no art. 7º.

Artigo 18.º

Critérios de avaliação

Na apreciação das intervenções apresentadas a concurso e consoante as linhas em causa, o júri pondera os seguintes elementos:

- a) a extensão da reabilitação;
- b) a valorização da qualidade da paisagem urbana;
- c) a interligação funcional com os espaços e com os valores naturais e culturais existentes;
- d) a compatibilização da intervenção com as demais utilizações na área urbana de influência;
- e) a imagem e modelo organizacional adotado;
- f) as técnicas e a racionalidade construtivas, integrando valores de caracterização local e aplicando soluções, tecnologias e materiais amigos do ambiente, que reduzam o consumo de energia;
- g) o garante da acessibilidade e mobilidade na utilização do espaço público e do espaço edificado;
- h) a apropriação pelos utilizadores;
- i) o carácter inovador da reabilitação.

Capítulo IV

Disposições Finais

Artigo 19.º

Em tudo o que não estiver especificado no presente regulamento aplica-se a legislação em vigor.

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
9 de março de 2012



Instituto da Habitação
e da Reabilitação
Urbana



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO MAR, DO AMBIENTE
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO